



## O TOTALITARISMO EM *O CONTO DA AIA*

### TOTALITARIANISM IN *THE HANDMAID'S TALE*

*Flaviane da Silva Assomção*<sup>1</sup>

*Isabelly Cordeiro Pezzuto*<sup>2</sup>

**Resumo:** Em *O Conto da Aia*, Margaret Atwood narra experiências de opressão e privação de direitos em meio à ascensão e ao estabelecimento de uma teocracia cristã, no século XX, que inaugura um sistema disruptivo e violento, especialmente em relação às mulheres. O que esta obra da literatura nos ensina sobre o totalitarismo? Esse questionamento conduz à interpretação de *O Conto da Aia* à luz do pensamento de Hannah Arendt, que em suas principais obras nos apresenta uma análise do totalitarismo, seus elementos e métodos de domínio. Pretende-se uma análise pela abordagem teórico-metodológica do Direito na Literatura, através da qual uma disciplina serve de instrumento para a compreensão da outra. Traça-se como hipótese que o cenário de ficção ilustrado em *O Conto da Aia* tem características de um regime totalitário e encontra explicação no pensamento político arendtiano. Ao final, conclui-se que a obra de Atwood tem o potencial de tornar mais acessível a compreensão dos mecanismos de ascensão, estabelecimento e funcionamento de regimes totalitários e sobre a fragilidade dos direitos humanos e as dificuldades para a sua efetivação em conjunturas de desamparo ou deliberada anulação de determinados sujeitos por parte do Estado.

**Palavras-chave:** totalitarismo em Gilead; declínio dos direitos humanos; direito e literatura.

**Abstract:** In *The Handmaid's Tale*, Margaret Atwood narrates experiences of oppression and deprivation of rights amid the rise and establishment of a Christian theocracy, in the 20th century, which inaugurates a disruptive and violent system, especially in relation to women. What does this work of literature teach us about totalitarianism? This questioning leads to the interpretation of *O Conto da Aia* in the light of Hannah Arendt's thought, who in her main works presents us with an analysis of totalitarianism, its elements and methods of domination. An analysis is intended through the theoretical-methodological approach of Law in Literature, through which a discipline serves as an instrument for understanding the other. It is hypothesized that the fictional scenario illustrated in *O Conto da Aia* has characteristics of a totalitarian regime and finds an explanation in Arendt's political thought. In the end, it is concluded that Atwood's novel has the potential to make more accessible the understanding of the mechanisms of rise, establishment and functioning of totalitarian regimes and about the fragility of human rights and the difficulties for their effectiveness in conjunctures of helplessness or deliberate annulment of certain subjects by the State.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), área de concentração Justiça, Processo e Direitos Humanos, Linha de Pesquisa 1 - Fundamentos da justiça e dos direitos humanos. Residente na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. C.V Lattes <http://lattes.cnpq.br/4799288783850448> E-mail: [flaviane.adv@hotmail.com](mailto:flaviane.adv@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Residente na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil. C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6139672615560397> E-mail: [pezzutoisabelly@hotmail.com](mailto:pezzutoisabelly@hotmail.com)



**Keywords:** totalitarianism in Gilead; decline of human rights; law and literature.

## 1. INTRODUÇÃO

Em *O Conto da Aia*, Margaret Atwood narra experiências de opressão e privação de direitos em meio à ascensão e ao estabelecimento de uma teocracia cristã, no século XX, que inaugura um sistema disruptivo e violento, especialmente em relação às mulheres.

A República de Gilead, ou simplesmente Gilead, é o cenário em que se desenvolve a trama de *O Conto da Aia*. Trata-se de um Estado teocrático e autoritário, implantado em parte dos Estados Unidos da América, no século XX, após à ascensão de um movimento político-religioso intitulado “Filhos de Jacó”.

O que esta obra da literatura nos ensina sobre o totalitarismo? Esse questionamento conduz à interpretação de *O Conto da Aia*, mais especificamente do contexto de ascensão e desenvolvimento do regime instaurado em Gilead, à luz do pensamento de Hannah Arendt.

Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*, apresenta-nos uma análise do totalitarismo, de seus elementos e métodos de domínio e, ainda, demonstra que a supressão de direitos humanos é a consequência mais nefasta desse regime político.

Pretende-se a análise das referidas obras através da abordagem teórico-metodológica do Direito na Literatura, que objetiva uma interseção através da qual uma disciplina serve de instrumento para a compreensão da outra. Isso, tendo como hipótese que o cenário de ficção ilustrado em *O Conto da Aia* tem características de um regime totalitário – que conduz ao declínio dos direitos humanos e que encontra explicação no pensamento político arendtiano.

A literatura como construção e, portanto, linguagem regida por códigos, pode ser pragmática no compromisso social e engajamento político de denúncia às opressões de raça, gênero, sexo e ditames morais. (Malheiros, 2022) Um artigo jurídico-filosófico que se vale da Literatura como ilustração está entre a multi e a pluridisciplinaridade, se atender ao requisito da cooperação. Haverá interdisciplinaridade quando houver cooperação e integração suficientes para que exista reciprocidade nos intercâmbios e cada disciplina saia enriquecida do processo interativo (Monteiro, 2020): isso é o que se pretende realizar no presente trabalho.



## **2. O CONTO DA AIA E O REGIME POLÍTICO NA REPÚBLICA DE GILEAD**

*O Conto da Aia* é uma obra contemporânea, escrita por Margaret Atwood na Alemanha em 1985, sob o título original *The Handmaid's Tale*. Apesar de parecer real em muitos aspectos ao tratar de uma sociedade gerida por um governo patriarcal e teocrático, a obra pertence a literatura distópica. No Brasil foi publicado primeiramente em 1987 — com o título de *A História da Aia*, pela editora Marco Zero, com tradução feita por Márcia Serra; após em 2006 — já com o título *O Conto da Aia*, pela editora Rocco, com tradução de Ana Deiró. (Malheiros, 2022)

A República de Gilead, ou simplesmente Gilead, é o cenário em que se desenvolve a trama. Trata-se de um Estado teocrático e autoritário, implantado em parte dos Estados Unidos da América, no século XX, após à supressão de um regime democrático e a ascensão de um movimento político-religioso intitulado *Filhos de Jacó*.

O movimento é fundamentado nas leis cristãs do velho testamento e prega sua legitimidade através de mentiras e desinformação e da imposição de soluções violentas para as questões sociais: a afirmação da queda na natalidade e a alegada infertilidade das mulheres, em tese decorrente de radioatividade, poluição, cultivo e consumo inorgânico de alimentos; uso constante de métodos contraceptivos e até mesmo um castigo divino pela disseminação da prática do aborto são argumentos adotados pelo regime para a imposição das *leis de Deus*.

O grupo fanático-religioso eleva-se ao poder após ataques coordenados e o assassinato da alta cúpula político-institucional estadunidense: as mortes do presidente, dos membros do Congresso e dos juízes da Suprema Corte pelo grupo são falsamente atribuídas a terroristas, a fim de justificar a instauração de um estado de emergência, com a supressão imediata de direitos, dentre os mais basilares, de indivíduos e grupos de classes sociais diversas – tudo dentro da lei, em meio a um estado de emergência artificialmente criado. Na sequência, a Constituição do país é suspensa, dados bancários são congelados, censura total é instaurada e todas as mulheres são dispensadas de seus postos de trabalho. Manifestações, protestos e marchas em oposição aos rumos que o país toma surgem no processo de transição planejado, mas são coibidos com violência e brutalidade pelos *Guardiões da Fé*, agentes do



novo governo, com permissão para aniquilação de quaisquer opositores. Funda-se, então, uma sociedade patriarcal, fundamentalista e constituída sob as leis religiosas do velho testamento da Bíblia Cristã, em que: não há plena liberdade a qualquer cidadão; todos são privados de direitos civis em alguma medida; muitos são privados de direitos humanos diversos, especialmente as mulheres; apenas aos homens é dado o direito a alfabetização e a ascensão social; música secular é banida; casamentos não religiosos e ligações extraconjugais são considerados relacionamentos adúlteros; as mulheres nestas relações são presas sob o fundamento de que são moralmente inaptas e seus filhos são confiscados e adotados por casais sem filhos de membros do governo de Gilead. São banidos os meios de comunicação e de cultura não oficial do governo, como jornais, revistas, livros e filmes. As universidades são extintas. São proibidas e perseguidas profissões diversas, como a advocacia. Minorias, intelectuais, religiosos de denominações diversas da professada pelo regime, ativistas políticos, *traidores de gênero* e mulheres: todos são brutalmente oprimidos.

A narrativa está centrada num tempo futuro não identificado e é realizada em primeira pessoa, por uma protagonista feminina que sobrevive em meio à instalação e ao desenvolvimento desse regime totalitário nos Estados Unidos. A trama utiliza-se da narrativa de Offred, que relata todo o contexto político-social desde o golpe até a consolidação da República de Gilead e, em especial, a situação das mulheres, enquanto grupo subjugado, oprimido e violado: perdem liberdade, direitos políticos, civis e sociais; são proibidas de ler, escrever e livremente conversar. “Sua função precípua, a partir de então, passa a ser conceber filhas e filhos para a reprodução da nova República.” (Malheiros, 2022, p. 571)

### **3. O TOTALITARISMO À LUZ DE HANNAH ARENDT**

Em *As Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*, Hannah Arendt discorre sobre as características e elementos que determinam um regime como totalitário, dando como exemplo aqueles que considera como os regimes totalitários históricos: o Nazismo e o Stalinismo.

Segundo a autora, o totalitarismo é um sistema político ou uma forma de governo que proíbe partidos de oposição, que restringe a oposição individual ao Estado e que exerce



um elevado grau de controle na vida pública e privada dos cidadãos; inédito até a ascensão do Nazismo (1933-1945) e do Stalinismo (1927-1953), respectivamente na Alemanha e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Arendt, 2012). Caracteriza-se pela eliminação dos espaços públicos e, conseqüentemente da política, do livre embate de ideias e do pensamento crítico individual. Há dominação do indivíduo em sua esfera privada e íntima – a destruição da pluralidade, tanto da ação como do pensamento (Arendt, 2012).

Há a desconstituição da cidadania, nesses regimes. A cidadania que teria justamente como primeira função conferir ao ser humanos o direito a ter direitos e a participar da atividade política:

Uma cidadania baseada na ideia de ação, mas também de fabricação no sentido de construção da igualdade, que advém do artifício humano e não daquilo que é simplesmente dado por natureza. Que advém como resultado da vontade coletiva que instaura legitimamente seus direitos. Daí por que os direitos humanos, para Hannah Arendt, resultam da ação. Eles não derivam nem do comando de Deus nem da natureza individual do homem, caso em que existiriam com a presença de um só homem no mundo, o que colide frontalmente com o seu conceito de pluralidade, na medida em que viver é estar entre os homens. A possibilidade de eficácia dos direitos humanos em Hannah Arendt passa, portanto, pela via política, meio de renovação e adequação às novas realidades que surgem, bem como, pelo direito como instituição que lhe garante estabilidade. (Mellegari, 2012, p. 137)

Para a teórica, nem todo governo autoritário é totalitário. O totalitarismo é algo de mais extremo que o autoritarismo, pois consegue eliminar toda a oposição e, ainda assim, continua exercendo o terror. Eclode a partir da decadência do espaço público e o conseqüente isolamento dos indivíduos no âmbito privado. Há o uso e abuso das liberdades democráticas a fim de suprimi-las. Uma ditadura totalitária exclui todo o individualismo em uma sociedade. Exclui anseios pessoais, classes sociais e lutas. Faz com que todos pensem como um. Há apenas os líderes e as massas. A oposição é calada. Ultrapassa o medo, característico das tiranias, e institui o terror como princípio de movimento. Almeja um governo global.

Na obra, a autora afirma ainda que a Declaração dos Direitos do Homem, no século XVIII, simultaneamente elevou o homem a um protagonismo que o determinou como fonte de toda lei e elevou o povo a um lugar de soberano em questões de governo. Não obstante, proclamou direitos inalienáveis direcionados a um ser humano *abstrato*, desconsiderado de



qualquer contexto social ou histórico e, com isso, os estabeleceu em demasiada fragilidade. Para Arendt os direitos inalienáveis e universais se destinaram ao cidadão e não ao homem, pois este passou a depender do reconhecimento como cidadão, para ter garantida a sua proteção e a salvaguarda dos direitos proclamados na já aludida declaração (Arendt, 2012).

Nesse contexto, além de apresentar a sua concepção sobre direitos humanos e cidadania, a autora expõe sua crítica aos direitos humanos na forma como são concebidos e instrumentalizados, pois entende que se mostram materialmente esvaziados quando dissociados do contexto de Estado e de sistemas políticos democráticos. Em um contexto de abstração esses direitos tornam-se inoperantes, pois não alcançam o plano da realidade, não operam em favor do homem em estado de natureza de modo eficaz. Isso torna-o vulnerável à dominação, à violência, a exemplo do que aconteceu nos campos de concentração e extermínio nazista. (Mellegari, 2012)

De acordo com Arendt “Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais”, (Arendt, 2012, não paginado), o que cria um paradoxo, pois há a perda de direitos quando uma pessoa é distanciada de seu grupo social e se torna um *ser humano em geral* (Arendt, 2102). Ou, ainda, quando é destacada dentro desse mesmo grupo e por certas especificidades é destituída de uma gama de direitos, de sua cidadania, de uma profissão, de voz para opinião, valores que o identificam, caracterizam sua individualidade absoluta e singular. Isso ocorre sobretudo quando da ascensão e estabelecimento de um regime totalitário.

A respeito, a autora bem caracteriza dois elementos sociais fundamentais em regimes totalitários: a ralé e as massas. Para Arendt, a ralé é formada por indivíduos de todas as classes que aderem à ideologia violenta e ao nacionalismo da proposta do movimento totalitário. Já as massas são aquela porção da sociedade incapacitada de pensar e de estabelecer relações humanas, por perderem a referência do senso comum advindo do convívio entre os seus. As massas não têm anseio pela violência e não se movem por ela, mas também não têm apreço pela política (ou perdem esse apreço) (Arendt, 2012).

Além desses elementos sociais, as ideologias caracterizam-se como elementos fundamentais para a sustentação de um regime totalitarista, segundo Arendt. Os exemplos



vivenciados até então pela humanidade se utilizaram de ideologias baseadas em leis previamente estabelecidas. As leis históricas e as leis naturais ou biológicas foram as adotadas respectivamente pelo Stalinismo e pelo Nazismo, como ideologias fundamentais de seus regimes:

O totalitarismo não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e inequivocamente àquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis. O terror existe nem contra, nem a favor dos homens, mas a favor da natureza ou da história, da aceleração de suas leis e de seus movimentos. O terror executa as sentenças de morte que a natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou indivíduos que são indignos de viver ou que a história decretou contra as classes agonizantes. (Arendt, 2012, não paginado).

Com base em uma ideologia determinada e como o assentimento das massas, os regimes totalitaristas vão esvaziando direitos de indivíduos e grupos, transformando essa supressão e a opressão em política de Estado. Direitos humanos, mesmo que declarados e reconhecidos, tornam-se não fruíveis ou efetiváveis. Assim, em um mundo inteiramente organizado politicamente, a perda da cidadania significa a perda de direitos humanos, uma vez que estes não são garantidos àqueles que se encontram fora do manto da trindade Estado-Povo-Território. (Lafer, 1988)

Essa perda de direitos associa-se à morte para o Estado, que geralmente é imposta pelos regimes a indivíduos ou grupos. A morte, tipicamente adotada pelos regimes totalitaristas, está configurada por um aspecto escalonado e tripartido, consistente na morte jurídica, na morte moral e na morte identitária. Há a extração de direitos e a anonimização do sujeito, que é excluído ou rejeitado pelo Estado. (Arendt, 2012). É como se não existisse, até que realmente não exista, seja vítima de violência extrema, fatal, em muitos casos.

Nesse ponto, chega-se ao que Arendt compreende como uma verdade do sistema totalitário: ele não necessita de súditos fiéis muito mais que para a conquista do poder; não precisa de cidadãos convictos da verdade de sua ideologia senão para constituir sua base política; mas precisa de criaturas incapazes ou incapacitadas de pensar e agir em liberdade para se estabelecer e para se manter. (Adverse, 2022).



#### **4. O TOTALITARISMO EM *O CONTO DA AIA* E A ANIQUILAÇÃO DAS MULHERES PELO REGIME**

A filósofa-política Hannah Arendt muito bem define o totalitarismo, em sua obra *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*, sendo que, o contexto narrado, assemelha-se à sociedade de Gilead, de Atwood:

[...] a dominação total se estende a todas as esferas da vida, e não apenas à da política. A sociedade totalitária, em oposição ao governo totalitário, é na verdade monolítica; todas as manifestações públicas, culturais, artísticas e eruditas, e todas as organizações, os serviços sociais e de bem-estar, até os esportes e o entretenimento, são "coordenados". (apud Oliveira, 2020, p. 120)

No contexto do totalitarismo, tal qual aquele vivenciado em Gilead, além de um engessamento do exercício da ação, enquanto movimento político, os Direitos do Homem, teoricamente inalienáveis, mostram-se inexecutáveis. Fica em risco algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça – os direitos mais elementares estão em jogo porque os indivíduos não têm reconhecimento como cidadãos, em seu significado pleno: são privados não do direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. Privilégios, injustiças, bênçãos ou ruínas lhes são dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com suas ações (Arendt, 2012). Nesse cenário, quem os socorre ou assiste? Tendo formalmente direitos humanos, quem garante sua efetivação?

*O Conto da Aia*, apesar de parecer real em muitos aspectos ao tratar de uma sociedade gerida por um governo patriarcal e teocrático, pertence à literatura distópica. Como obras, as distopias problematizam os danos prováveis decorrentes de circunstâncias ou tendências presentes. (Malheiros, 2022) No caso da obra de Atwood há a narrativa de um futuro em que, como resultado da exploração desordenada da natureza, o mundo entra em uma crise ambiental com consequências radioativas que, entre outras mazelas, causam a infertilidade, que ameaça o futuro da humanidade. (Vazquez, 2019)

Utilizando-se como o principal de seus fundamentos, da justificativa de uma imperiosa necessidade de reversão dessa situação, um grupo religioso fundamentalista toma o poder do então território dos Estados Unidos da América e o transforma na República de Gilead. Instaura-se um governo teocrático, com características fascistas e típicas de regimes



totalitários. O regime busca resgatar a nação da crise socioambiental instaurada e retomar valores da família e da fé cristã. (Vazquez, 2019)

A obra permite uma reflexão crítica sobre como mesmo uma nação que possui bases democráticas aparentemente consolidadas, mas que traz em si a semente ou a lembrança do radicalismo e do fundamentalismo, necessita cuidar para que não se ascendam essas bandeiras, que buscam tolher liberdades individuais e alavancar regimes autoritários e, em última instância, totalitários. (Nielsson e Delajustine, 2019)

Segue-se um esvaziamento de direitos e uma perseguição aos indivíduos e grupos em desacordo com a fé oficialmente proclamada pelos *Filhos de Jacó*. Os perseguidos são fuzilados e pendurados mortos em praça pública, para servir de exemplo. Há o uso da violência e do terror, que acaba por ser naturalizado. Naquele regime, alguns personagens sociais são mais brutalmente impactados, como os profissionais da ciência, os religiosos de fés diversas e as mulheres, que são as vítimas preferenciais, anuladas por uma forte opressão:

O regime de gênero, pensado como forma de organização social das relações de produção e de reprodução da vida, está presente em todos os espaços públicos e privados. O binarismo nessa sociedade distópica, marcada pela oposição feminino versus masculino, naturaliza as diferenças e a hierarquia entre mulheres e homens. (Malheiros, 2022, p. 572)

A trama utiliza-se da narrativa de *Offred*, que relata todo o contexto político-social desde o golpe até a consolidação da República de Gilead. Em uma de suas reflexões, já quando subjugada, Offred conta sobre a transição de regime e sobre os sinais ignorados, que prenunciavam o que estava por vir:

Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias de jornais, é claro. Corpos encontrados em valas ou na floresta, mortos a pauladas ou mutilados, que haviam sido submetidos a degradações, como costumavam dizer, mas essas matérias eram a respeito de outras mulheres, e os homes que faziam aquele tipo de coisa eram outros homes. Nenhum deles eram os homes que conhecíamos. As matérias de jornais eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros. Que horror, dizíamos, e eram, mas eram horrores sem ser críveis. Eram demasiado melodramáticas, tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas. Éramos as pessoas que não estavam nos jornais. Vivíamos nos espaços brancos não preenchidos nas margens da matéria impressa. Isso nos dava liberdade. Vivíamos nas lacunas entre as matérias (Atwood, 2017, p.71).



Fiquei atordoada. Todo mundo ficou, sei disso. Era difícil de acreditar. O governo inteiro massacrado daquela maneira. Como conseguiram entrar, como isso aconteceu? Foi então que suspenderam a constituição. Disseram que seria temporário. Não houve sequer nenhum tumulto nas ruas. As pessoas ficavam em casa à noite, assistindo à televisão, em busca de alguma direção. Não havia nenhum inimigo que se pudesse identificar (Atwood, 2017, p. 208).

Eles diziam que novas eleições seriam realizadas mas que levaria algum tempo para prepará-las a coisa certa a fazer, diziam, era continuar como de costume (Atwood, 2017, p. 209).

A narrativa desta protagonista nos dá conta de que o contexto anterior ao regime é de plena liberdade e fruição de direitos, o que evidencia que se trata da sociedade estadunidense em sua forma atual, democrática. No entanto, a partir da ascensão do novo regime as mulheres de Gilead perdem seus direitos, sua identidade, têm seus nomes alterados, são separadas de suas famílias. Não têm livre arbítrio sequer para escolher o que vestir. Não podem ler, livremente circular ou se relacionar. São divididas em categorias, cada qual com uma função muito específica no Estado. As mulheres são identificadas pelo modelo e cor de suas roupas: a cor azul é utilizada pelas esposas, mulheres consideradas puras; a cor bege ou verde escuro é relegada para as *Martas*, funcionárias das casas, mulheres de baixo *status* social e que por sua infertilidade são relegadas a funções domésticas de forma compulsória; a cor marrom é para as *Tias*, responsáveis pelo treinamento e controle das *Aias*; a cor vermelha, destinada às *Aias*, servas sexuais de homens do alto escalão do regime, que por sua fertilidade são subjugadas à uma função de procriação.

As *Aias* participam de cerimônias, em que deitadas nos colos das esposas de seus *comandantes* são copuladas por estes, uma vez ao mês, com a justificativa da necessidade de procriação e perpetuação da espécie humana. As *Aias* ainda são compulsoriamente obrigadas à participação do *resgate*, cerimônia em que são responsáveis por matar sujeitos condenados por algum crime: são organizadas lado a lado em um campo, ouvem a sentença e atacam os criminosos. Caso se neguem a executá-lo, também são condenadas. A intenção é torná-las cúmplices da violência do regime. Isso representa a mais completa e absoluta aniquilação da identidade e a criação de uma massa, formada por pessoas desmoralizadas, destituídas de identidade e de direitos, regidas por lei religiosa e pelo terror.



A destruição da espontaneidade humana é um de seus objetivos manifestos e, por isso, do ponto de vista político, sua natureza é paradoxal, por trata-se de uma forma de governo – de fazer política – cuja finalidade é antipolítica. (Adverse, 2022)

De acordo com Oliveira:

Gilead é uma república ultranacionalista, que utiliza uma retórica específica em que um passado mítico e puro é resgatado/criado; nele, "uma versão extrema da família patriarcal reina soberana" (STANLEY, 2018, p. 19); embora não haja um líder supremo em Gilead, seu governo organiza-se em torno das figuras masculinas chamadas Comandantes, que figuram como pais e representam a voz de Deus; Gilead inaugura um povo incorruptível em oposição a um antipovo degenerado, ao qual persegue e extermina; a realidade é sistematicamente distorcida e recriada por meio de propaganda, mas também via tortura; o anti-intelectualismo se manifesta pelo fechamento permanente de todas as universidades e pela proibição da alfabetização das mulheres; cria-se um ambiente em que a ansiedade sexual é elevada ao terror absoluto, ensinando as jovens que os homens não são capazes de se controlar e que, embora estupro seja crime capital, é dever delas não seduzi-los; por fim, Gilead existe pois o regime anterior é corrupto, degenerado e ilegítimo, e somente Gilead representa a voz do povo e de Deus. (Oliveira, 2020, p. 120)

O cenário narrado em Gilead permite-nos identificar os mecanismos graças aos quais os regimes totalitários puderam integrar em seus programas políticos a eliminação desses seres humanos indesejados, de acordo com sua ideologia e leis. A aniquilação dos indesejados pelo regime torna-se uma simples formalidade administrativa. (Adverse, 2022)

No contexto distópico, que se identifica com um cenário de totalitarismo (assim como em nossa conjuntura contemporânea) a discriminação é utilizada como a grande arma social com a qual se pode matar homens sem qualquer derramamento de sangue, “visto que passaportes ou certidões de nascimentos, e às vezes recibos de imposto de renda, não são mais papéis formais, mas assunto de distinção social” (Adverse, 2022, p. 273).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, em *O Conto da Aia* Margaret Atwood apresenta o contexto de uma teocracia cristã do século XX, estabelecida após uma ruptura da democracia e a ascensão de um regime violento e autoritário, em que a sociedade se depara com abrutamento de direitos de sujeitos diversos, especialmente as mulheres.



Em despretensiosa sintonia com Hannah Arendt, Margaret Atwood desenha um perfeito processo de ruptura, esvaziamento de direitos humanos e consequente opressão, mesmo no contexto de um regime democrático aparentemente estabilizado e com direitos reconhecidos e formalmente instrumentalizados.

Assim, *O Conto da Aia* é um exemplo dos rumos que a história pode tomar quando de um sistema de poder com características totalitaristas. Mesmo não apresentando de forma clara em sua obra alguns elementos dos regimes totalitários, como por exemplo a figura do líder do movimento, a ausência dessa representação não prejudica a compreensão de que a República de Gilead se trata de um regime totalitário – nos termos teorizados por Hannah Arendt. Não há prejuízo ainda à reflexão de que mesmo regimes democráticos consolidados são frágeis, como são frágeis os direitos humanos conforme ainda contemporaneamente instrumentalizados.

Embora ficção, o contexto de *O Conto da Aia* em muito se assemelha a conjunturas sociais contemporâneas e, por se tratar de obra literária, amplamente conhecida – o que se presume<sup>3</sup>, tem o potencial de tornar mais acessível o conhecimento sobre tema tão relevante, que é a compreensão dos mecanismos de ascensão, estabelecimento e funcionamento de regimes totalitários, e sobre a fragilidade dos direitos humanos e as dificuldades para a sua efetivação em contextos de desamparo ou deliberada anulação de determinados sujeitos por parte do Estado, ao concentrar esses elementos no contexto de tempo e espaço delimitados na narrativa da obra.

---

<sup>3</sup> “O Conto da Aia” (The Handmaid’s Tale) foi traduzido em série, em 2017. Está disponibilizada em plataformas de *streaming* diversas. Por exemplo, atualmente compõe o portfólio da plataforma brasileira Globoplay (<https://globoplay.globo.com/the-handmaids-tale-o-conto-da-aia/t/QDFNw11dPX/>).

The banner features a light beige background with abstract, rounded shapes in shades of yellow and green. The text is positioned in the upper left and center.

**XI CIDIL** Colóquio Internacional  
Direito e Literatura

**Direito e Literatura**  
nos 100 anos de Modernismo no Brasil

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Trad. de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

**Anais do XI CIDIL, 03 e 04, 10 e 11 de novembro de 2022**

**XI CIDIL** Colóquio Internacional  
Direito e Literatura

## Direito e Literatura nos 100 anos de Modernismo no Brasil

DEMINGOS DE OLIVEIRA, L. Como chegamos aqui? Medo e ressentimento na sociedade pré-Gilead. *Cadernos do IL*, [S. l.], n. 60, p. 117–135, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/101076>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LAFER, Celso. *A RECONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MALHEIROS, Ariadne Maria dos Santos. A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE DISTÓPICA DE O CONTO DA AIA DE MARGARETH ATWOOD. *Anais do XIV Colóquio Nacional e VII Colóquio Intern. do Museu Pedagógico e II Seminário Nac. e II Int. do Histedbr*, [s. l.], v. 14, ed. 1, 2022. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/10437/10247>. Acesso em: 24 jan. 2023.

MELLEGARI, Iara Lúcia Santos. *DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

MONTEIRO, Eduardo Aleixo. DIREITO E LITERATURA NO BRASIL. *Revista de Direito, Arte e Literatura, Evento Virtual*, v. 6, ed. 1, p. 60-82, 2020. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/6591/pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

NILESSON, Joice Graciele; DELAJUSTINE, Ana Cláudia. O ESTADO DE EXCEÇÃO EM GIORGIO AGAMBEN E O CONTROLE BIOPOLÍTICO SOBRE OS CORPOS FEMININOS: A REALIDADE DA DISTOPIA “O CONTO DA AIA” NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS. *Revista ARGUMENTUM*, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338374899\\_O\\_ESTADO\\_DE\\_EXCECAO\\_EM\\_GIORGIO\\_AGAMBEN\\_E\\_O\\_CONTROLE\\_BIOPOLITICO\\_SOBRE\\_OS\\_CORPOS\\_FEMININOS\\_A\\_REALIDADE\\_DA\\_DISTOPIA\\_O\\_CONTO\\_DA\\_AIA\\_NA\\_VIDA\\_DAS\\_MULHERES\\_BRASILEIRAS](https://www.researchgate.net/publication/338374899_O_ESTADO_DE_EXCECAO_EM_GIORGIO_AGAMBEN_E_O_CONTROLE_BIOPOLITICO_SOBRE_OS_CORPOS_FEMININOS_A_REALIDADE_DA_DISTOPIA_O_CONTO_DA_AIA_NA_VIDA_DAS_MULHERES_BRASILEIRAS). Acesso em: 25 jan. 2023.

TRINDADE, André Karam; BERNST, Luísa Giuliani. O estudo do Direito e Literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. *ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura*, v. 3, n. 1, janeiro-junho, 2017. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/326/0> Acesso em: 27 set. 2022.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. *Rev. katálysis*, Florianópolis, ano 2019, v. 22, ed. 3, p. 597-606, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sRDPf3Vy7nVJDswQ9vc5ftp/?format=html>. Acesso em: 23 jan. 2023.